

deterioração, dar-lhes melhor gosto, torná-los mais nutritivos e mais práticos?» (p. 254).

A leitura do presente estudo constitui uma boa introdução ao tema. A clareza e a sistematização do texto, a boa ilustração e a cuidada apresentação tornam a sua leitura agradável e de interesse, não só científico como pedagógico.

Tereza Castro Ribeiro REIS, *O Homem. Uma Obra – a de Rui Nabeiro*, Lisboa, Edições ASA, 2002, 303 p., ilustrado.

Não se tratando, propriamente, de uma história de empresa, a presente obra constitui um bom contributo para a compreensão da história de vida do empresário Manuel Rui Azinhais Nabeiro, bem como da sua acção empresarial, autárquica, social, associativa, filantrópica e cultural.

Note-se, aliás, que a autora também não teve a pretensão de elaborar uma história do grupo empresarial liderado por Rui Nabeiro. Em vez disso, refere-se ao seu empreendimento como «trabalho literário», «biografia» e «fotobiografia».

Para o efeito, utilizou – a exemplo do que faria o historiador, em condições análogas – fontes de diversos tipos, nomeadamente imagens, documentos, textos e testemunhos orais, bem como a própria observação directa (p. 101). Todavia, além de utilizar em abundância o testemunho do próprio biografado, a autora distanciou-se também da metodologia historiográfica tradicional, ao assumir, deliberada e expressamente, a carga emotiva com que cumpriu a tarefa em causa. A propósito esclarece: «Poderia também apresentá-lo [a Rui Nabeiro] num conto ou sob a forma de poema, mas prefiro apresentá-lo neste livro escrito todo ele sob forte emoção». E acrescenta: «Por isso, desejo-lhe, leitor amigo, que o leia com a mesma emoção que eu tive ao escrevê-lo» (p. 47).

A narrativa desenvolve-se a partir de um número razoável de tópicos, embora todos eles se possam reduzir às seguintes temáticas: Rui Nabeiro no seu contexto familiar, social e cultural; a sua acção como empresário de sucesso e um dos mais relevantes no mundo dos negócios em Portugal, nas últimas décadas do século XX e inícios do século XXI; o papel do empresário, das suas empresas e do seu grupo no país, no Alentejo e, de modo especial, em Campo Maior. Destacam-se, em seguida, alguns dos aspectos mais relevantes focados pela autora.

Manuel Rui Azinhais Nabeiro é natural de Campo Maior, onde nasceu em 28 de março de 1931. Oriundo de uma família modesta, cedo começou a trabalhar, após ter concluído o exame da 4.^a classe. A sua formação posterior foi obtida como autodidacta. Integra-se, pois, na categoria dos chamados “self-made men”, o que não foi impeditivo de se tornar um dos líderes carismáticos, para usar a conhecida expressão de Max Weber.

Também o seu contacto com o café se fez quando Rui Nabeiro era ainda de tenra idade (pelos 13 anos), numa pequena torrefacção, propriedade dos tios e de seu pai, Manuel Nabeiro. Falecido este, Rui Nabeiro, antes de ter completado os vinte anos de idade, cria uma sociedade com os tios – a Torrefacção Camelo, Lda. –, até que, em 1961, funda a sua própria empresa, a Delta Cafés.

Nas últimas quatro décadas do século XX, Rui Nabeiro impõe-se como empresário, autarca e filantropo. A sua acção, embora nem sempre devidamente apreciada por algumas das elites locais tradicionais, foi-o contudo pelo povo e também por dirigentes políticos, empresários de relevo e elementos da comunicação social. Prova-o, por exemplo, o elevado número de “Depoimentos”/Testemunhos de personalidades bem conhecidas, com os quais abre a presente obra.

Do seu percurso social fazem parte, entre outros, os contributos dados: a) à Câmara Municipal de Campo Maior, como vice-presidente e presidente, ao longo de mais de duas décadas (1963-1986, embora com algumas interrupções); b) ao Sporting Clube Campomeiorense, como presidente (1971-1990); c) à Universidade de Évora e à Escola Superior Agrária de Elvas, integrando os respectivos Conselhos Consultivos, desde 1994 e 1996, respectivamente (p. 288).

Como reconhecimento público e oficial da sua acção, há a destacar a Comenda da Ordem de Mérito Agrícola, Comercial e Industrial (classe do Mérito Industrial), que lhe foi atribuída em 1995, pelo então Presidente da República, Dr. Mário Soares. Ao nível local, a autora destaca o significado da inauguração da estátua de Rui Nabeiro, em Campo Maior (na Praça da Liberdade), em 1998. Trata-se de uma obra em bronze, da autoria do Mestre Escultor Laureano Ribatua. O assunto é desenvolvido, algo pormenorizadamente, sob o expressivo título “Bronze para Rui Nabeiro” (p. 86-97).

Quanto à acção empresarial do biografado, são dadas informações acerca do respectivo percurso, ao longo de quatro décadas. Nas origens esteve uma torrefacção artesanal de café, provavelmente criada nos finais dos anos 1930, para cuja exploração, cerca de uma década mais tarde,

veio a constituir-se a já referida Torrefacção Camelo, Ld.^a (**Camelo** era, então, a marca do café comercializado pela empresa). Da respectiva sociedade faziam parte Rui Nabeiro – após a morte do pai – e seus tios. Porém, como frequentemente acontece com aqueles que possuem um forte espírito empresarial, Rui Nabeiro, esposa e filhos constituem a sua própria empresa (sob a firma Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Ld.^a), criando simultaneamente a marca **Delta Cafés** (1961).

Nas décadas imediatas a estratégia adoptada por Rui Nabeiro e colaboradores caracterizou-se pelo desenvolvimento, pela expansão e diversificação. Geograficamente, foram criados vários departamentos comerciais pelo país. Assim, por meados da década de 1960 – ou seja, apenas 3 ou 4 anos após a sua fundação –, a empresa estabelece departamentos comerciais em Lisboa, Porto e Coimbra, aos quais muitos outros se seguiram (ver lista completa, na p. 244). Posteriormente, a expansão processa-se, também, no mercado espanhol, com destaque para Badajoz, numa primeira fase, e outras localidades, em seguida. Mesmo antes de a globalização ter estado na moda, já Rui Nabeiro tirava partido da internacionalização, considerando que Campo Maior deixara de ser periférica, para ocupar um lugar central no âmbito da Península Ibérica.

Em 1984 – ultrapassadas algumas das sequelas do pós-25 de Abril de 1874 e com o avizinhar da adesão de Portugal à então União Europeia (cuja integração, como é sabido, se verificou a partir de 01.01.1986) –, foi constituída a **NovaDelta –Comércio e Indústria de Cafés, Ld.^a**, com sede em Campo Maior. A partir dessa altura entra-se num período de consolidação e de acelerado desenvolvimento, através da constituição de cerca de duas dezenas de empresas. Estas integram o Grupo **Nabeirogest – S. G. P. S., S. A.** e distribuem-se pelas seguintes áreas de negócio: imobiliário, comércio, serviços, indústria, hotelaria/similares, agrícola e distribuição (ver organigrama, p. 245). O número de colaboradores, nas quatro décadas decorridas (1961-2001), subiu de três para cerca de dois mil.

O sucesso de Rui Nabeiro, como empresário e promotor do desenvolvimento – não só da Região de onde é natural e do seu Alentejo como também do país –, de acordo com o que se infere da obra em epígrafe, deve-se a vários factores, dos quais se podem destacar: a) uma vocação empresarial muito vincada, que desde cedo se manifestou no seu gosto pelos negócios; b) uma ética alicerçada numa grande dedicação e amor ao trabalho, na determinação, persistência e preocupação com o cliente (comprova esta última o lema que tem adoptado: “fazer de cada cliente um amigo e de cada amigo um cliente”); c) um investimento

considerável em capital humano e formação e uma atenção redobrada aos factores de inovação. O modelar Museu do Café, em Campo Maior – um dos empreendimentos mais bem conseguidos no âmbito da museologia empresarial portuguesa –, a moderna tecnologia industrial utilizada, os novos conceitos de cafetaria (no âmbito do “franshising”) e mesmo o conhecido pau de canela, a acompanhar o tradicional café (p. 67), são apenas alguns exemplos do espírito inovador inerente à acção empresarial desenvolvida.

Também mereceu destaque, da parte da autora, a sensibilidade e o humanismo de Rui Nabeiro, aliás bem patente na “dimensão social da marca”, concretizada nos apoios prestados a diversas instituições sociais: Corporações de Bombeiros, Escolas de Ensino Especial, Juntas de Freguesia, Associações Desportivas Locais e iniciativas várias de solidariedade (p. 281). Com efeito, estamos assim perante uma empresa (hoje um grupo), de carácter familiar e com uma cultura empresarial muito vincada, cuja responsabilidade social tem estado na primeira linha das preocupações dos seus responsáveis.

Antes de concluir, apenas gostaria de chamar a atenção para alguns aspectos a carecerem de ser revistos e, eventualmente, corrigidos, caso venha a ser efectuada uma reedição da obra. Trata-se, sobretudo, de questões de índole histórica e/ou de falta de coerência ou mesmo de gralhas, uma vez que apresentação literária e o cuidado gráfico são de excelente qualidade.

Acerca das origens de Rui Nabeiro, diz-se ser «fruto de uma família de agricultores, simples e humildes» (p. 60). Contudo, na certidão de nascimento de Rui Nabeiro (reproduzida na p. 59), seu pai aparece com a profissão de “motorista” e sua mãe como “doméstica”. Por sua vez, as origens da empresa inicial (Torrefacção Camelo, Ld.^a) não se encontram devidamente esclarecidas, inclusive do ponto de vista cronológico. Como a data da sua criação não é referida, através de alusões indirectas pode pensar-se em 1948 ou em 1950, consoante Rui Nabeiro tivesse então 17 ou 19 anos de idade, o que é indicado em locais diferentes (p. 62 e 65). Em qualquer dos casos, não é muito adequado falar-se do “após-Guerra Civil de Espanha” (esta verificou-se em 1936-1939); tratava-se, sim, do “pós-II Guerra Mundial” (a qual ocorreu em 1939-1945).

Também acerca da fundação da Delta Cafés se indicam anos diferentes: 1960 (p. 65) e 1961 (p. 289, entre outras). O mesmo sucede com a NovaDelta, para cuja criação se indicam dois anos diferentes: 1981 (p. 64) e 1984 (p. 289). Embora se trate de questões de pormenor, verifica-se ainda pouca precisão: sobre o número de colaboradores (que,

em partes diferentes da obra, oscila entre os 1 400 e cerca dos 2 000); e as dimensões da estátua de Rui Nabeiro (p. 90: 2,25m; p. 94: 2,5m). Julgo tratar-se de uma gralha, ao referir-se (p. 122) “uma onça de prata”, quando faria todo o sentido que fosse “uma onça de prática”, a contrapor às “dez toneladas de teoria”. O mesmo se passará com “míssolas”, em vez de míslas. Por último, tendo nós e os nossos contemporâneos o ensejo de viver em dois séculos (XX e XXI), torna-se ambíguo falar do “nosso século” (p. 112), sem especificar de qual deles se trata.

Jorge CUSTÓDIO, *A Real Fábrica de Vidros de Coima [1719-1747] e o Vidro em Portugal nos Séculos XVII e XVIII. Aspectos históricos, tecnológicos, artísticos e arqueológicos*, Lisboa, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Cultural, 2002, 319 p., ilustrado.

A temática central da presente obra foi analisada com o recurso a diversos tipos de testemunhos e a e a uma perspectiva interdisciplinar, como é recordado na apresentação (de Luís Ferreira Calado), na introdução e ao longo do próprio texto. Com efeito, além da exploração das tradicionais e sempre importantes fontes escritas, não se descaram as materiais – vestígios físicos, resultados das análises físico-químicas das peças, bem como a observação e estudo destas e/ou de seus fragmentos – e a iconografia, tendo sido utilizadas metodologias do âmbito da história económica e social, da arqueologia industrial, da tecnologia e da história da arte (p. 11).

A obra encontra-se estruturada em sete capítulos, os quais se seguem à apresentação e à introdução. Nos primeiros três estudam-se: “A Manufatura de vidros de D. João V. Contribuições histórico-arqueológicas”, “A manufatura de vidro no século XVIII” e os “Fornos de vidro em Portugal precursores de Coima”. Os capítulos fulcrais e mais desenvolvidos são dedicados à “Real Fábrica de Vidros de Coima (1719-1747)” propriamente dita e aos respectivos “Vidros e produtos dos fornos de Coima e suas tipologias”. Os últimos dois tópicos focados são: “A transferência da Real Fábrica de Vidros Cristalinos de Coima para a Marinha Grande (1747-1769)” e as “Continuidades e rupturas”. No final, incluem-se um extenso “Apêndice documental”, uma “Cronologia da